



(Tradução)

Interpeção Escrita

Sobre a renovação urbana

A Comissão de Renovação Urbana foi criada há mais de 3 anos, ou seja, em Março de 2016. Os diversos sectores sociais depositam grande expectativa no projecto de “renovação urbana” e desejam que a referida Comissão, com base nos trabalhos de reordenamento dos bairros antigos já desenvolvidos, contribua para acelerar o andamento da renovação urbana, no sentido de responder às exigências sociais no respeitante à melhoria do ambiente comunitário e da qualidade de vida. Porém, já se passaram mais de 3 anos e o andamento dos trabalhos dessa Comissão não corresponde às expectativas sociais, levando a população a questionar a eficácia administrativa das autoridades.

Segundo os dados disponibilizados, em Macau há mais de 4000 prédios com mais de 30 anos, que se encontram, na sua maioria, degradados, em particular as paredes exteriores, as portas e janelas, os elevadores e as diversas partes comuns, que não têm sido devidamente reparados ao longo dos anos. Mais, as infraestruturas dos bairros antigos, ao nível da água, energia e gás butano, não conseguem satisfazer as exigências actuais. Ocorrem, com certa frequência, cortes de energia abrangendo grandes áreas dos bairros antigos, na maioria das fracções dos bairros antigos não há gás centralizado, as



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

canalizações da água estão envelhecidas, etc., factores que constituem um incómodo para os residentes e visitantes e afectam, gravemente, a vida normal dos moradores.

A “renovação urbana” tem implicações com diversos aspectos da sociedade de Macau, nomeadamente, com a habitação, transportes, e comércio, entre outros, e ainda com a qualidade de vida dos moradores dos bairros antigos. Os trabalhos da fase inicial têm registado atrasos contínuos, o que resulta, certamente, na impossibilidade de prever uma data de conclusão para o projecto.

Pelo exposto, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. Desde o “reordenamento dos bairros antigos”, proposto em 2005, até à actual “renovação urbana”, passaram-se mais de 14 anos de espera para os moradores dos bairros antigos. As autoridades criaram o Conselho do Planeamento Urbanístico e a seguir a Macau Renovação Urbana, S.A., porém, como estes organismos não pertencem à Administração Pública, é impossível recorrer ao poder administrativo público para impulsionar, de forma rápida e efectiva, o desenvolvimento dos trabalhos de “renovação urbana”. Pelo exposto, para elevar a eficácia e a execução da “renovação urbana”, as autoridades devem considerar tomar como referência a prática dos territórios vizinhos, isto é, devem criar, antes do respectivo empreiteiro passar a responsabilizar-se pelo projecto da “renovação urbana”, um serviço independente e especializado, dotado de poder público, para se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

responsabilizar pelo planeamento, recuperação de terrenos, indemnizações, fixação de preços e ordenamento uniformizado. Vão fazê-lo?

2. A Lei do planeamento urbanístico entrou em vigor há cerca de 6 anos, porém, os trabalhos relativos à elaboração do anteprojecto do plano director continuam por divulgar, o que aumenta a dificuldade de assegurar a articulação entre o andamento da “renovação urbana” e o andamento do “planeamento urbanístico”. As autoridades devem concluir, quanto antes, a apreciação interna do anteprojecto do plano director, com vista a ser possível passar, o mais rápido possível, à próxima fase do trabalho. Quando é que isto vai ser feito?

— 18 de Outubro de 2019

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Zheng Anting**